

Estudo Técnico Preliminar 2/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.000446/2021-75

2. Descrição da necessidade

2.1 A Contratação de Agente de Integração para intermediar a celebração de Termo de Compromisso entre a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas e o estudante se deve ao interesse deste órgão em oferecer estágio curricular a alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, vinculados à estrutura do ensino público e privado do país, a fim de proporcionar aos estudantes experiência prática na linha de formação profissional, observando as disposições da Instrução Normativa nº 213/2019-ME, de 17 de dezembro de 2019, publicada no DOU nº 244 de 18 de dezembro de 2019.

2.2 A necessidade foi identificada tendo em vista que o Contrato nº 05/2016-SR/PF/AL (17478704) se encerrará em 01/09/2021 e não mais poderá ser prorrogado, e considerando que os estagiários atuam em relevantes serviços na área administrativa e policial, o que facilita a realização dos objetivos da instituição tanto na área meio quanto na área fim, faz-se necessário manter esse tipo de serviço.

2.3 Em relação à natureza do serviço, o artigo 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 define que os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Recursos Humanos - SRH	Lidiane da Cruz Barros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação de empresa para atuar como Agente Integrador entre a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas e o estudante interessado em estágio no órgão.

4.2 Contratação pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no limite da legislação.

4.3 Realizar transição dos contratos vigentes, para continuidade do desenvolvimento dos estudantes estagiários, sem que haja prejuízo às atividades desenvolvidas nos setores e nem ao processo de aprendizagem dos estudantes.

4.4 As propostas de preços dos licitante interessados deverão englobar tanto os valores referentes à taxa de administração/agenciamento como os valores referentes aos seguros contra acidentes pessoais dos estagiários.

4.5 Possuir regularidade fiscal e trabalhista, capacidade econômica e técnica, bem como, idoneidade para contratar com a Administração Pública.

4.6 Realizar os serviços contratados em estrita atenção as especificações a serem consignadas no instrumento convocatório e seus eventuais anexos.

4.7 Contribuir para o desenvolvimento sustentável, observando no que couber quando da realização dos serviços contratados as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A alternativa à contratação atual seria a própria SR/PF/AL efetuar o trabalho de agente de integração, promovendo a divulgação das vagas junto às universidades, recebendo os currículos, fazendo a triagem de candidatos, marcando entrevistas, providenciando e analisando os documentos da contratação e desligamento, atuando junto às universidades para a assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, fazendo substituição de estagiários etc.

5.2 A solução de contratação direta com as instituições de ensino, trata-se, como se observa, de trabalho extenso e detalhado, que demandaria conhecimento profundo da lei específica, estrutura, processos e recursos humanos da SR/PF/AL, num cenário atual de carência de servidores administrativos, por ausência de concursos públicos nos últimos anos e grande número de aposentadorias.

5.3 Desta forma, a opção pela contratação de agente de integração é a mais vantajosa, pois permitirá que a SR/PF/AL utilize seus recursos humanos na área de controle de pessoal efetivo do órgão. Além disso, o agente de integração tem as seguintes vantagens:

5.3.1 Mais eficiência no processo, devido a experiência na área;

5.3.2 Possui amplo acesso às instituições de ensino; e

5.3.3 Está atualizado sobre as leis que regem o setor.

5.4 O artigo 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece que *“as instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.”*

5.5 Pesquisa realizada no PAINEL DE COMPRAS, SEI 17493238, mostrou haver diversas empresas que atuam com a prestação deste serviço e que participam de licitações, tais como: RADE SERVICOS DE WEB DESIGN LTDA; CONNECT ESTAGIOS LTDA; OZIEL RODRIGUES PEDROSA; CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE); dentre outros, o que propicia competitividade e torna possível a obtenção de um preço justo e vantajoso para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução será a contratação de empresa para prestar os serviços de forma contínua, intermediando a celebração de Termo de Compromisso entre a Superintendência de Polícia Federal em Alagoas, o estudante, a Instituição de Ensino e o Agente de Integração.

6.2 Contratação da prestação de serviços de agente de integração de estagiários, responsável pelo recrutamento, seleção, operacionalização e administração de todo o processo de estágios, inclusive a intermediação e pagamento dos seguros contra acidentes pessoais, visando suprir o quantitativo máximo de 13 vagas de estágio de nível superior disponíveis na SR/PF/AL.

6.3 Caberá à Contratante, por meio do Setor de Recursos Humanos, solicitar ao Agente de Integração contratado o encaminhamento de candidatos a vagas de estágio, prestando as seguintes informações:

6.3.1 Número de vagas a serem preenchidas;

6.3.2 Nível de escolaridade exigido;

6.3.3 Curso/formação exigida;

6.3.4 Conhecimentos exigidos;

6.3.5 Atividades a serem desenvolvidas;

6.3.6 Jornada semanal;

6.3.7 Valor da bolsa mensal de estágio; e

6.3.8 Valor do auxílio-transporte;

6.4 Devido à natureza deste Órgão, não será aceito o encaminhamento de estagiários menores de 18 (dezoito) anos e que possuam restrição em investigação social prévia realizada pelo Setor de Inteligência Policial da SR/PF/AL.

6.5 Serão aceitos como estagiários alunos regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente, cursos de educação superior, vinculados à estrutura do ensino público e privado do País.

6.6 Aos estudantes portadores de deficiência será assegurado o direito de participar do programa de estágio, cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

6.7 Aos estudantes negros ficam reservadas 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, nos termos do Decreto nº 9427, de 28 de junho de 2018.

6.8 Para realização do pagamento da Bolsa-estágio ao estudante será utilizado o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, conforme valores do Anexo 1 da Instrução Normativa nº 213/2019-ME, de 17 de dezembro de 2019.

6.9 A remuneração da contratada será realizada na forma especificada em Edital, transcorrendo mensalmente e de acordo com a quantidade de estagiários administrados pelo agente de integração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Em conformidade com a IN 213/2019-ME, o número de estagiários em cada órgão ou entidade corresponderá a 8% (oito por cento) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária, logo, com base nessas premissas estão disponibilizadas para SR/PF/AL 13 (treze) vagas de estágio de nível superior, que satisfazem a demanda da SR/PF/AL. A carga horária semanal dos estagiários lotados na SR/PF/AL será de 30 (trinta) horas.

7.2 O estagiário de nível superior perceberá, a título de bolsa de estágio, pela jornada de 30 (trinta) horas semanais a importância mensal equivalente a R\$ 1.125,69 (um mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos). Além disso, o estagiário receberá auxílio transporte no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por dia útil.

7.3 Será considerada para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas, salvo na hipótese de compensação de horário até o mês subsequente ao da ocorrência.

7.4 Distribuição inicial das vagas na SR/PF/AL, que pode ser alterada no decorrer da execução contratual nos limites da legislação e da disponibilidade orçamentária, seguirá inicialmente o quantitativo definido no quadro abaixo:

LOTAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORARIA PROPOSTA
SR/PF/AL	13	6 horas
Total	13	---

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 A formação do preço de referência foi feita a partir de dados coletados no Painel de Preços do Governo Federal, conforme disciplina da IN 73/2020 - SEGES. O resultado da coleta consta documento acostado ao Processo 08230.000446/2021-75 "Lic. mapa Comparativo de Preços". Com base nos estudos comparativos dos para definição do valor de referência, estipula-se o preço máximo unitário de **R\$34,29 (trinta e quatro reais e vinte e nove centavos)**, por estagiário mês.

8.2 Ressalta-se que este valor não inclui o valor da bolsa-auxílio a ser paga aos estagiários, sendo apenas o valor da taxa mensal a ser paga por estagiário ao agente de integração a ser contratado.

8.3 O valor acima inclui ainda as quantias referentes aos seguros contra acidentes pessoais, que, conforme item 4.9 deste documento, devem ser incluídos nas propostas e lances dos licitantes.

8.4 O valor de referência da contratação, para o período de 12 meses, portanto, será de **R\$ 5.349,24 (cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**, conforme discriminado no mapa a seguir:

QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	MESES	VALOR TOTAL ESTIMADO
13	R\$ 34,29	12	R\$ 5.349,24

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 Embora o parcelamento da solução seja a regra para licitação, a qual deve ser realizada por itens, no presente caso o objeto não é divisível, pois haveria prejuízo para o conjunto da prestação de serviços, caso houvesse itens distintos para prestação dos serviços de agente de integração. Se assim fosse, haveria a possibilidade de interrupção dos serviços complementares que comprometeria as atividades relacionadas ao contrato de estágio, uma vez que a Administração teria que se reportar a empresas diferentes para atender uma mesma demanda, portanto, tecnicamente inviável.

9.3 O gerenciamento integrado dos serviços que compõem o objeto garante ao contratante celeridade, harmonia para revisão dos atos e, principalmente, reduz gastos com a gerência de vários contratos para uma mesma finalidade, portanto e neste caso, também se mostra economicamente viável licitar os serviços em um único item.

9.4 Em virtude das especificidades apresentados no itens anteriores para a solução pretendida e da demanda permanente da Administração por esses serviços, é que não haverá parcelamento do objeto para que se evite a descontinuidade, má prestação e/ou custos desnecessários na prestação dos serviços em questão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Nenhuma contratação correlata e/ou interdependente relacionável ao processo em estudo foi identificada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 No tocante ao Planejamento Estratégico do órgão, a contratação pretendida consta da Portaria nº 4453/2014 - DG /DPF, de 16 de maio de 2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, conforme transcrito a seguir:

"9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais.

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização."

11.2 O objeto foi inserido no Plano Geral de Contratações - PGC/2020 e 2021, conforme registros no sistema PGC do comprasgovernamentais.gov.br.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Assegurar a continuidade dos atuais 13 (treze) estudantes/estagiários nesta SR/PF/AL, cujos termos de compromisso encontram-se vigentes, porém, deverão ser renovados a cada semestre.

12.2 Contribuir para aperfeiçoamento profissional dos estudantes.

12.3 Oportunizar nova contratação de serviços necessários, possibilitando a escolha da proposta vantajosa para a Administração.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Realizar certame licitatório para escolha da proposta mais vantajosa para Administração e finalizar nova contratação, que atenda as diretrizes do presente Estudo Preliminar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Geração de resíduos sólidos resultantes das atividades administrativas decorrentes da formalização dos Termos de Compromisso.

14.2 Para minimizar os impactos previstos, deverá a Contratada:

14.2.1 A adotar os termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for aplicável à fabricação dos produtos, objeto deste certame, adotando sustentabilidade ambiental em suas práticas;

14.2.2 Otimização de recursos/redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

14.2.2.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

14.2.2.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.2.2.3 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição, principalmente redução do desperdício de água, redução do consumo de energia elétrica, e destinação adequada de resíduos sólidos e baterias; e

14.2.2.4 Adotar as práticas de sustentabilidade na execução do pactuado, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

14.3 O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa da Viabilidade. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a IN nº 05/2017 – SEGES/MPOG e IN nº 40/2020-SEGES/ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. Atende, portanto, adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

LICI. INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJ. DA CONTRATAÇÃO Nº 17746849/2021-SELOG/SR/PF/AL

LIDIANE DA CRUZ BARROS

Agente Administrativo / Responsável pela Demanda

LICI. INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJ. DA CONTRATAÇÃO Nº 17746849/2021-SELOG/SR/PF/AL

ALLANE EMYLLE TRIBUTINO LIMA

Agente Administrativo / Responsável pela Fiscalização

INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 17746849/2021-SELOG/SR/PF/AL

FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO

Agente Administrativo / Responsável Administrativo